

FLÁVIA PALOMA CABRAL BORBA \_ \_ \_ \_ \_ 02

*AS POLÍTICAS PÚBLICAS*

A formação do povo brasileiro está subordinada aos ditames conjunturais socioeconômicos que o Brasil enfrentou ao longo de seus mais de quinhentos anos. Dentre tantos aspectos formadores, a postura diante das políticas culturais evoluiu com as mudanças sociais. A própria História nos traz como exemplo a política cultural adotada pelo 2º Império, totalmente absorvido com o propósito de embranquecer e “europeizar” as terras trópicas, enfraquecendo ainda mais os ideais de soberania popular. A dinâmica dessa formação reflete diretamente as desigualdades na construção da cultura brasileira, que dentre suas insuficiências está o não posicionamento cívico como algo inerente à sua condição de cidadão.

A atual Constituição Brasileira, promulgada em 1988, legitima a importância do povo nas ações voltadas à resolução de problemas ligados à sociedade na forma de Políticas Públicas, ou seja, diretrizes adotadas e efetivadas pelo Estado, com o apoio popular, visando à resolução de problemas ligados a sociedade como um todo. Esse processo inclui, primeiramente, o esclarecimento de três questões básicas: Política para quem? Política para quê? Como se sustenta a política? Para tais esclarecimentos, a incorporação da sociedade civil é vital para a elaboração de estratégias eficientes, já que esses são os principais interessados e os que mais sofrerão o ônus da aplicação de uma política fora da realidade dos que dela participa.

*A INSTITUCIONALIZAÇÃO COMO GARANTIA DE ACESSIBILIDADE*

Enfim, com a intervenção unilateral do Estado quanto à promoção e proteção dos bens culturais, faltava-lhe o principal: colocá-los em seu devido lugar, à disposição da população, que são os detentores desses patrimônios. Porém, não bastava apenas disponibilizá-los para exposição, tinha que se promover sua interação com o público. A abordagem atual da gestão museal não mais traz o objeto em si como foco de suas ações, e sim as ações que alcancem os mais diversos públicos. No entanto, a museologia percorreu uma considerável caminhada para estabelecer o museu como prática social a serviço da comunidade e participante de seu desenvolvimento.

Obviamente, houve muitas intervenções para a construção de um vínculo das instituições museais e o seu entorno, porém, foi com o SPHAN<sup>1</sup>, construído na configuração do Estado Novo, que se deu a construção de uma política para o uso do patrimônio cultural que envolveu uma tímida dinâmica educacional por consequência da construção de um ideário nacionalista, proposta essa trazida pelos intelectuais modernistas.

Em novembro de 1937, no governo do Presidente Getúlio Vargas, surge no cenário legislativo brasileiro um marco quanto à proteção e promoção de bens culturais com a aprovação do Decreto-Lei nº 25 que visa à organização e à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Nesse documento constam as diretrizes e os parâmetros adotados quanto ao trato do patrimônio cultural material brasileiro, com itens que se referem principalmente ao tombamento desses bens, sendo esses critérios utilizados até os dias de hoje. Esse Decreto-Lei foi então complementado com o decreto 3551/2000, instituindo o registro de bens culturais imateriais. Porém, nenhum parâmetro se refere ao uso, no sentido educativo da palavra, desses bens tombados que, na sua maioria, encontravam-se “enterrados” nos museus para o deleite de um seleto grupo privilegiado. A função desse material cultural era meramente contemplativa, estando as questões de investigação, pesquisa e educação para os especialistas no assunto. Podemos ainda afirmar que esse é ainda um traço herdado da política cultural deixada pela Coroa Portuguesa, que quando se transferiu para o Brasil, em 1808, institucionalizou espaços culturais onde só aqueles abastados tinham acesso.

A partir de 1946, a dinamização das atividades museais, como também a inserção dos museus no cotidiano da comunidade, já estava nas mesas de debates por todo mundo. Nesse mesmo ano, deu-se a criação do Conselho Internacional de Museus (ICOM), vinculado à UNESCO, responsável por fomentar tais debates. Toda essa movimentação trouxe uma sensível modificação na configuração estática dos museus da década de 40. Já a partir da década de 60, devido aos movimentos de democratização da cultura que o mundo vivenciava, houve críticos debates para a afirmação de uma política pública de cultura que agregasse os mais diversificados públicos. Desde então, os debates com relação à participação dos museus na vida cotidiana e o foco em sua função social, tendo o público como alvo de suas ações, transformaram-se em algo indiscutível na nova tendência museal sacramentada no Movimento Internacional da Nova Museologia, lançado no Canadá em meados dos anos 80.

Chegando então ao século XXI, os debates não se atermem apenas na importância de se democratizar a acessibilidade, mas como promover essa democratização. O Código de Ética dos Museus, elaborado recentemente pelo ICOM, trata da padronização ética, além dos princípios adotados pela comunidade internacional de museus. Dentre suas normas, constam propostas que se referem diretamente à funcionalidade de um museu e seu atrelamento com a sociedade, esclarecendo o dever dos museus em manter seus acervos a serviço da comunidade, desenvolvendo o seu papel educativo e promovendo o seu patrimônio.

Em tentativa nacional de estabelecer os critérios para institucionalização do setor, o poder público, na pessoa jurídica do IPHAN, em 2006, através de uma portaria normativa, apresentou as diretrizes para a elaboração do Plano Museológico, onde consta o cumprimento de dez programas de atuação nos museus, estando entre eles um programa específico para o cumprimento das ações voltadas ao setor educativo e cultural. A elaboração do Plano Museológico ganhou mais respaldo com a instituição do Estatuto dos Museus, legislação específica de orientação de gestão museal e primeira da América Latina, que coloca como obrigatório a elaboração do plano para os museus da esfera federal, além de dar outras providências.

Essas ações estão intimamente ligadas à Política Nacional de Museus que, dado o novo desenho museológico e sua função social, legitima novas perspectivas que ampliam as possibilidades de interação com a sociedade. Então, a comunidade museológica debateu o texto-base necessário para a efetivação sistemática de uma política pública

**16** que contemplasse exclusivamente o campo museológico brasileiro. Esse processo foi articulado pelo Ministério da Cultura e envolveu muitos profissionais além de instituições que colaborou para a construção dessa política. Essa construção resultou na implantação, em maio de 2003, da Política Nacional de Museus (PNM). O texto-base para a construção da PNM levou em consideração a Carta de Rio Grande e o documento elaborado pelo Conselho Federal de Museologia chamado “A imaginação museal a serviço do Brasil”.

Todas as ações da Política Nacional de Museus estão norteadas pelos parâmetros atuais da museologia, como também o incentivo a multiculturalidade com a democratização dos meios para a produção de bens culturais nos mais diversos grupos étnicos, além de uma gestão democrática e participativa. Essas ações têm como principal objetivo o trato com o patrimônio cultural brasileiro, usando-o como meio de inclusão social e cidadania.

A Configuração da PNM se estrutura em sete eixos, sendo eles os seguintes: Gestão e Configuração do Campo museológico, Democratização e acesso aos bens culturais, Formação e Capacitação de Recursos Humanos, Informatização de Museus, Modernização de Infra-estruturas Museológicas, Financiamento e Fomento para Museus, Aquisição e Gerenciamento de Acervos Culturais. Desses, destaco o eixo referente à acessibilidade, que não só abrange ações quanto à aproximação do público, mas também o estímulo à criação de redes de informação com as instituições museais do país, à promoção de uma gestão participativa e à produção intelectual.

Outras ações vinculadas à Política foram estabelecidas, como a criação do Sistema Brasileiro de museus (SBM), que promove a criação dos sistemas regionais com a finalidade de somar esforços para construção de ações estratégicas de desenvolvimento e inclusão social do setor. A composição do sistema se dá através de um termo de adesão firmado entre a instituição interessada e o Ministério da Cultura. O Cadastro Nacional de Museus também é um instrumento do SBM e está relacionado ao caráter censitário a fim de levantar informações e integrar o cenário museal nacional.

Em consequência das inovações no setor museológico, surgiu a necessidade da criação de uma entidade pública que se responsabilizasse única e exclusivamente pela gestão da política museológica. Para isso, foram desvinculadas do IPHAN essas responsabilidades, antes executada pelo Departamento de Museus, e, em 2009, criou-se o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) que dá um tratamento diferenciado aos museus brasileiros, desafiando o IPHAN e concentrando-o no patrimônio material, imaterial e arqueológico. A justificativa dessa ação veio também do êxito de iniciativas internacionais que instituíram órgãos específicos para o setor e melhoraram os serviços para a população. As atividades do IBRAM não se limitam aos museus federais já que articula as políticas públicas em todas as esferas governamentais além de fomentar a participação de museus e centros culturais nas políticas públicas.

Dado todo o respaldo legislativo, confere-se nesse recorte histórico um considerável crescimento de ações voltadas à acessibilidade cultural, principalmente aquelas atreladas às questões educativas. Porém, no cotidiano do profissional de museus, percebe-se que muitas instituições estão alheias a essas novas configurações, onde muitas vezes sequer tem acesso a essas informações. Com isso, faz-se necessário não só romper as barreiras físicas e sociais para agregar a comunidade a seus museus, mas também esclarecer e capacitar seus profissionais quanto às possibilidades que as políticas públicas de inclusão trazem. Sendo assim, com a iniciativa das instituições museais essas informações chegarão à comunidade, sendo instrumento de inclusão.

Por isso, a institucionalização das normas para os museus propõe a formação de uma estrutura unificada, a fim de agregar o máximo de instituições culturais, nivelando suas ações de acordo com o princípio da isonomia e da fruição coletiva do patrimônio cultural, onde todos os cidadãos devem ter iguais condições de conhecer, visitar e obter informações sobre os bens integrantes do patrimônio cultural nacional.❖

#### NOTAS E REFERÊNCIAS

1. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1970 passa a ser o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

#BOTELHO, Isaura. As Dimensões da Cultura e o Lugar das Políticas Públicas In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Editora Fundação SEADE, vol. 15, n. 2, abril/junho 2001. Também disponível no site: <http://www.centrodametropole.org.br>

#GRINSPUM, Denise. *Educação para o Patrimônio: Museu e escola - responsabilidade compartilhada na formação de públicos*. São Paulo: [s.n.], 2000. Tese de doutorado - Faculdade de Educação/Universidade de São Paulo.

#GRUNBERG, Evelina. *Educação Patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais*. Disponível em: [http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4/estudos\\_sociais/educacao\\_patrimonial.pdf](http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4/estudos_sociais/educacao_patrimonial.pdf) Acessado em: 05 maio 2010.

#JULIÃO, Leticia. *Apontamentos sobre a História dos Museus*. Disponível em [http://www.cultura.mg.gov.br/arquivos/Museus/File/caderno-diretrizes/cadernodiretrizes\\_segundaparte.pdf](http://www.cultura.mg.gov.br/arquivos/Museus/File/caderno-diretrizes/cadernodiretrizes_segundaparte.pdf) Acesso em: 10 maio 2010.

#Direito de acessibilidade aos bens culturais. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11684>

#O Sistema Brasileiro de Museus. Audiência pública realizada na Comissão de Educação e Cultura, no dia 3 jun 2004. Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações. Brasília, 2004.